Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Ligga Telecomunicações S.A.

31 de dezembro de 2022

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolid	dadas1
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	16



Condomínio Centro Século XXI R. Visconde de Nacar, 1.440 14º andar - Centro 80410-201 - Curitiba - PR - Brasil Tel: +55 41 3593-0700

Fax:+55 41 3593-0719 ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Ligga Telecomunicações S.A.** Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Ligga Telecomunicações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Aquisição de controlada

Em 28 de julho de 2022 foi celebrado "Protocolo de Incorporação de Ações e Justificação", nos artigos 224, 225 e 252 da Lei das Sociedades, que estabeleceu os termos da Incorporação de Ações de Emissão da Companhia. A Incorporação de Ações, nos termos do artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações e da aprovação do "Protocolo de Incorporação de Ações da Nova Fibra Telecom S.A. pela Ligga Telecomunicações S.A.", tornou a Companhia uma subsidiária integral da Ligga Telecom.

A Nova Fibra, presta serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, sob todas as formas legalmente permitidas, predominantemente no âmbito do Estado do Paraná e outras localidades de interesse, sendo estas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, vinculada ao Ministério das Comunicações. A exploração de tais serviços se dá por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em nível nacional. Sua participação no mercado considerando o número de acessos a nível Nacional está em 0,6%, sendo na Região Sul 2,9% e no Estado do Paraná 7,8%.

O valor da contraprestação transferida para aquisição de 100% das ações (910.000 ações) da Nova Fibra total foi de R\$397.827 mil, sendo que R\$110.788 mil em moeda corrente nacional e R\$287.039 mil através de troca de ações.

Devido à magnitude dos montantes envolvidos, complexidade do processo de combinação de negócios e avaliação dos ativos identificados esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: (i) leitura das atas de aprovação da aquisição e contrato de aquisição da controlada adquirida; (ii) verificação do desembolso do valor de compra da empresa através do extrato bancário assim como validamos a transação de pagamento via ações da Companhia; (iii) validação dos saldos de abertura, através de revisão do laudo de avaliação dos saldos da controlada em 28 de julho de 2022 emitido pelo auditor contratado pela diretoria assim como revisão dos papéis de trabalho por eles preparados; (iv) envolvimento de especialistas de valuation para validação das premissas utilizadas para identificação e mensuração dos ativos intangíveis e imobilizado apresentados no laudo de alocação do preço pago (PPA); (v) revisão das principais premissas utilizadas para suportar a projeção utilizada como base para mensuração dos ativos identificados; (vi) validação da contabilização dos investimentos, bem como saldos de ágio e mais valia e imposto diferido; e (vii) revisão das divulgações na nota explicativa 2.8.2, efetuadas pela Companhia acerca dos impactos da combinação de negócios ocorrida em 28 de julho de 2022.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a aquisição da Controlada, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os valores relacionados a aquisição da Controlada, assim como as respectivas divulgações na nota explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Realização de saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme divulgado na nota explicativa 22 das demonstrações financeiras, os ativos fiscais diferidos referem-se a prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias. A estimativa do provável lucro tributável futuro é baseada em julgamentos subjetivos sobre premissas prospectivas, tais como receita de serviços, custos operacionais, despesas administrativas, sendo o imposto de renda diferido registrado na medida em que a Companhia considera provável a geração de lucros tributáveis futuros contra os quais os ativos fiscais diferidos serão realizados.

O valor recuperável do ativo fiscal diferido reconhecido pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas de projeção dos lucros tributáveis futuros e na capacidade de utilização de prejuízos fiscais, o que pode impactar o valor do ativo fiscal diferido reconhecido nas demonstrações financeiras.

Devido à magnitude dos montantes envolvidos, complexidade do processo de mensuração das projeções de recuperabilidade dos tributos futuros, os quais se baseiam em estimativas e premissas cuja realização pode ser afetada por condições de mercado e cenários econômicos incertos, assim como, pela complexidade da legislação tributária brasileira, esse tema foi considerado como um assunto importante em nossa auditoria.



Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria envolveram, entre outros: (i) o entendimento geral do ambiente de controles internos relacionados a preparação e revisão da projeção de lucros tributáveis futuros; (ii) envolvimento de especialistas em impostos para nos auxiliar a avaliar os impactos fiscais envolvidos e a origem dos impostos registrados; (iii) revisão das principais premissas utilizadas para suportar a projeção de lucros tributáveis futuros, incluindo análise das projeções dos lucros tributáveis futuros ponderando premissas de mercado e outras condições macroeconômicas disponíveis na data base da avaliação; (iv) comparação do orçado versus o realizado em 2022 assim como análise do realizado no primeiro semestre de 2023 e (v) revisão das divulgações na nota explicativa 22 efetuadas pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a recuperabilidade dos créditos tributários diferidos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que o valor do imposto de renda e contribuição social diferidos, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações financeiras individuais e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras
 individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e
 executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência
 de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de
 distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode
 envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações
 falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 10 de agosto de 2023.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. CRC SP-015199/O

Anderson Pascoal Constantino Contador CRC SP-190451/O

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

explicativa 4 4 5 6	5.892 353.036 65.676	31/12/2021 343.990	31/12/2022 6.825
4 5 6	353.036	343.990	6.825
4 5 6	353.036	343.990	6.825
4 5 6	353.036	343.990	6.825
5 6		_	
6	65 676	-	353.036
	03.070	42.730	75.326
_	11.408	5.368	11.408
8	42.911	32.049	43.465
	12.108	1.824	12.114
23	4.796	3.562	4.796
7	6.852	1.866	7.008
	502.679	431.389	513.978
5	1 170	8 613	1,170
_	_		18.978
			23.504
,		_	14.552
22 a			133.552
			26.409
~			403.631
20		-	10.000
_			631.796
-			
9	375.416	-	-
10	716.241	643.033	824.662
11	5.499	8.108	383.747
12	128.003	8.471	134.225
-	1.225.159	659.612	1.342.634
_	1 840 375	855 298	1.974.430
_	1.040.373	000.200	1.374.430
_	2 242 054	1 296 697	2.488.408
	23 7 - 5 21 7 22.a 8 23	12.108 23	12.108 1.824 23 4.796 3.562 7 6.852 1.866 502.679 431.389 5 1.170 8.613 21 17.269 16.630 7 23.504 81 14.552 1.301 22.a 118.190 92.618 8 26.409 20.732 23 404.122 20.711 10.000 35.000 615.216 195.686 9 375.416 - 10 716.241 643.033 11 5.499 8.108 12 128.003 8.471 1.225.159 659.612 1.840.375 855.298

	Nota	Contro	oladora	Consolidado
	explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	13	97.511	51.879	113.417
Empréstimos e financiamentos	14	28.976	204.397	37.565
Debêntures	15	20.905	52.232	20.905
Passivo de arrendamentos	12	16.860	3.060	19.314
Impostos e contribuições sociais a recolher	16	8.766	9.798	31.053
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	17	9.120	103	12.524
Aquisições	18	-	-	16.029
Impostos parcelados	19	8.135	-	16.670
Outras contas a pagar	20	21.627	1.538	24.972
. •	-	211.900	323.007	292.449
Não circulante	-			
Fornecedores	13	1.586	-	9.367
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	8.894
Debêntures	15	927.476	253.536	927.476
Passivo de arrendamentos	12	111.966	5.920	116.230
Impostos e contribuições sociais a recolher	16	10.914	10.914	10.914
Impostos parcelados	19	6.369	-	24.694
Outras contas a pagar	20	27.386	-	34.358
Provisão para riscos	21	15.404	10.132	33.973
'	-	1.101.101	280.502	1.165.906
Patrimônio líquido	-			
Capital social	24.1	958.131	671.092	958,131
Adiantamento para futuro aumento de capital	24.4	99.000	-	99.000
Ajustes de avaliação patrimonial	24.2	33.204	33.204	33.204
Prejuízos acumulados		(60.282)	(21.118)	(60.282)
1 Tojaizoo abamaiaabo	-	1.030.053	683.178	1.030.053
	-	11001100	000.170	11001100
Total do passivo e patrimônio líquido	-	2.343.054	1.286.687	2.488.408

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
	explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Receita líquida de serviços Custos dos serviços prestados Lucro bruto	25 26	430.662 (258.140) 172.522	394.091 (259.975) 134.116	473.349 (270.294) 203.055
Receitas (despesas) operacionais Despesas com vendas Despesas gerais e administrativas Resultado de equivalência patrimonial Outras receitas (despesas), líquidas	26 26 9 26	(60.728) (84.975) (4.284) (17.565) (167.552)	(60.494) (72.151) - 1.615 (131.030)	(65.520) (105.664) - (21.059) (192.243)
Lucro operacional	-	4.970	3.086	10.812
Receitas financeiras Despesas financeiras Resultado financeiro	27 27	63.214 (121.924) (58.710)	34.092 (69.322) (35.230)	63.315 (129.661) (66.346)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	-	(53.740)	(32.144)	(55.534)
Imposto de renda e contribuição social Correntes Diferidos	22.b 22.b	(10.996) 25.572	(1.110) 2.825	(11.948) 28.318
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	(39.164)	(30.429)	(39.164)

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Prejuízo do exercício Itens que não serão reclassificados para o resultado	(39.164)	(30.429)	(39.164)
Ganhos com passivos atuariais benefícios pós-emprego	-	49.633	-
Tributos sobre outros resultados abrangentes		(16.875)	-
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos	-	32.758	-
Resultado abrangente do exercício	(39.164)	2.329	(39.164)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		695.423	5.000	446	9.311	-	710.180
Prejuízo do exercício Ganhos atuariais, líquidos de tributos	20.2	-		- 32.758	- -	(30.429)	(30.429) 32.758
Resultado abrangente total do exercício Aumento de capital Redução de capital	20.1 20.1	5.000 (29.331)	(5.000)	- - -	- (0.044)		- (29.331)
Absorção do prejuízo do exercício Saldos em 31 de dezembro de 2021	-	671.092	-	33.204	(9.311)	9.311 (21.118)	683.178
Prejuízo do exercício Aumento de capital por incorporação Recebimento de adiantamento	20.1	287.039 -	- - 99.000	- - -	- - -	(39.164) - -	(39.164) 287.039 99.000
Saldos em 31 de dezembro de 2022	- -	958.131	99.000	33.204		(60.282)	1.030.053

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Contro	oladora	Consolidado
	explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais	•			
Prejuízo do exercício		(39.164)	(30.429)	(39.164)
Ajustes para reconciliar o prejuízo com o caixa líquido gerado pelas		,	,	, ,
atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social	19.b	-	1.110	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.b	(25.572)	(2.825)	(28.318)
Depreciação e amortização	10 e11	134.227 [°]	126.982 [´]	140.015
Amortização arrendamento mercantil	12	4.882	3.271	5.657
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	26	-	1.652	-
Apropriação das contribuições previdenciárias assistenciais	26	-	3.008	-
Provisão para riscos	21	5.373	(20.792)	8.617
Provisão para créditos de liquidação duvidosa contas a receber	5	10.213	`19.772 [´]	12.606
Provisão para créditos de liquidação duvidosa outras contas a receber	7	(6.096)	10.591	(6.096)
Provisão para redução ao valor recuperável do imobilizado	10	9.734	(13.597)	9.458
Provisão para redução ao valor recuperável dos estoques	8	(299)	593	(299)
Doação de ativos	10	(_55)	21.639	(
Resultado de equivalência patrimonial	9	4.284		_
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	14	27.778	7.717	28.978
Juros e variações monetárias sobre debêntures	15	72.602	60.828	72.602
Juros sobre mútuos com partes relacionadas	23	-	(5.891)	-
Juros sobre arrendamento mercantil	12	1.780	856	2.069
Resultado das baixas de imobilizado	10	9.318	46.690	9.344
Resultado das baixas de direito de uso de ativos e passivo de	10	0.010	10.000	0.044
arrendamentos - líquido	12	(1.333)	(163)	(1.004)
anondamentos inquias	· - .	207.727	231.012	214.465
Variações nos ativos e passivos:		201.1121	201.012	214,400
Contas a receber de clientes		(24.510)	(8.658)	(30.257)
Depósitos judiciais		(639)	(544)	(734)
Outros ativos		1.191	(5.068)	1.486
Estoques		(5.741)	(1.931)	(5.365)
Tributos a recuperar		(15.170)	(21.082)	(15.337)
Despesas antecipadas		(23.535)	(2.963)	(23.529)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		9.017	(36.160)	6.297
Partes relacionadas		(388.619)	(17.335)	(386.922)
Fornecedores		38.391	29.177	36.254
Fornecedores aquisições		-	20.177	(7.298)
Impostos e contribuições sociais a recolher		(1.032)	9.094	(3.466)
Benefícios pós-emprego		(1.002)	(4.296)	(3.400)
Impostos parcelados		14.504	(4.230)	24.504
Outras contas a pagar		6.465	(49)	5.069
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	•	(181.951)	171.197	(184.833)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		(101.931)	171.131	(104.055)
Imposto de renda e contribuição social pagos		_	(1.110)	_
Juros pagos financiamentos bancários	14	(31.519)	(3.320)	(32.719)
Juros pagos debêntures	15	(45.374)	(37.953)	(45.374)
Despesas apropriadas pagas antecipadamente - Debêntures	15	(45.5 <i>74)</i> (84.615)	(37.933)	(84.615)
Juros pagos arrendamento mercantil	12		(056)	
Provisões para riscos	12	(1.780)	(856) (2.222)	(2.412) (319)
		(101)		(319)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais		(345.340)	125.736	(350.272)

Demonstrações dos fluxos de caixa--Continuação Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Nota	Contro	ladora	Consolidado
	explicativa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	23	-	(7.000)	-
Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas	23	2.768	280.000	2.768
Juros recebidos de partes relacionadas	23	-	8.708	-
Adiantamento para aquisição de controlada		(10.000)	(35.000)	(10.000)
Aplicações financeiras		(353.036)	-	(353.036)
Aquisição de controlada	9	(33.215)	-	(32.946)
Aquisições de imobilizado	10	(211.108)	(101.624)	(213.479)
Aquisições de intangível	11	-	(1.162)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		(12.252)	-	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividade de investimentos		(616.843)	143.922	(606.693)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	14	71.201	200.000	71.161
Captação de financiamentos bancários		1.000.000		1.000.000
Captação de debêntures	15	99.000	300.000	
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	24.4	99.000	(25,000)	99.000
Amortização de recursos concedidos a partes relacionadas	1.1	(242 004)	(25.000)	(246 422)
Amortizações de empréstimos e financiamentos	14 15	(242.881)	(674.697)	(246.422)
Amortização de debêntures	12	(300.000)	,	(300.000)
Amortização arrendamento mercantil	12	(3.235)	(3.090)	(3.939)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades de financiamentos		624.085	(202.787)	619.800
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(338.098)	66.871	(337.165)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		343.990	277.119	343.990
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		5.892	343.990	6.825

Demonstrações do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

		Contro	ladora	Consolidado
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
4	Receitas	556.328	532.266	603.245
1.		543.472	536.758	592.690
	1.1. Serviços prestados líquidos de devoluções e abatimentos1.2. Resultado na venda de ativo permanente	2.338	330.736	2.343
	1.3. (Constituição) / Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.117)	(22.684)	(6.510)
	1.4. Outras Receitas	14.635	(22.004) 18.192	14.722
2.		202.281	183.009	224.012
	2.1. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	96.324	86.458	104.834
	2.2. Custo dos serviços	79.462	82.904	92.342
	2.3. Perda e recuperação de valores ativos	26.495	13.647	26.836
3.	Valor adicionado bruto (1 - 2)	354.047	349.257	379.233
4	Retenções	144.482	109.461	154.289
••	4.1. Depreciações e amortizações	139.109	130.253	145.672
	4.2. Constituição (Reversão) de provisão para contingências	5.373	(20.792)	8.617
5	Valor adicionado líquido (3 - 4)	209.565	239.796	224.944
0.	valor adiolonado irquido (o 4)	200.000	200.700	224.044
6.	Valor adicionado recebido em transferência	58.930	34.092	63.329
	6.1. Receitas financeiras (aplicações, juros recebidos e outras)	63.214	34.092	63.315
	6.2. Descontos obtidos	-	-	14
	6.3. Participação no resultado de controladas	(4.284)	-	-
7.	Valor adicionado total a distribuir (5 + 6)	268.495	273.888	288.273
8.	Distribuição do valor adicionado	268.495	273.888	288.273
	8.1. Pessoal	17.987	46.593	24.679
	8.1.1. Remuneração direta	6.714	28.578	13.550
	8.1.2. Benefícios	3.685	7.188	3.944
	8.1.3. FGTS	1.118	1.690	2.012
	8.1.4. Honorários da administração	2.525	1.856	2.525
	8.1.5. Alimentação, transporte e hospedagem	2.225	2.921	1.025
	8.1.6. Educação, capacitação e desenvolvimento profissional	1.037	39	1.037
	8.1.7. Saúde e segurança no trabalho	683	4.321	586
	8.2. Impostos, taxas e contribuições	99.420	142.146	105.233
	8.2.1. Federais	9.689	11.926	13.369
	8.2.2. Estaduais	87.712	129.667	89.714
	8.2.3. Municipais	2.019	553	2.150
	0.2. Demunaração de conitaio de terroris-	400.050	445 570	407 505
	8.3. Remuneração de capitais de terceiros	190.252	115.578	197.525
	8.3.1 Aluguéis	68.328	46.256	67.864
	8.3.2 Juros e variações passivas	121.700	69.210	129.437
	8.3.3 Descontos concedidos	224	112	224
	8.4. Remuneração do capital próprio			
	8.4.1 Lucros retidos / (prejuízos) absorvidos	(39.164)	(30.429)	(39.164)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Ligga Telecomunicações S.A. ("Ligga Telecom" ou "Companhia"), com sede na Av. Vicente Machado, 1001- Batel- Curitiba - PR, é sociedade fechada, tendo como ramo de atividade:

- (i) Exploração, prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, sob todas as formas legalmente permitidas, no âmbito do Estado do Paraná e em qualquer localidade onde houver interesse e possibilidade para a Companhia, sendo estas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, vinculada ao Ministério das Comunicações;
- (ii) Elaboração de estudos, pesquisas, projetos e planejamentos, por conta própria ou de terceiros, na área de telecomunicações, comunicações e naquelas conexas, correlatas, necessárias e/ou úteis à execução destas atividades; e
- (iii) Prestação de serviços compatíveis com aqueles inerentes às áreas de comunicações e telecomunicações, bem como os que visam a otimização da infraestrutura, das atividades necessárias à operação, manutenção, supervisão, direção de obra, construção, fornecimento de materiais e equipamentos.

No exercício de 2019, a Companhia Paranaense de Energia - Copel (acionista controlador) iniciou o processo de desinvestimento da Copel Telecom (Atual Ligga Telecom). Em 14.01.2021 foi celebrado o Contrato de Compra e Venda de Ações - CCVA entre Copel e Bordeaux Participações S.A., sociedade do grupo econômico do Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, vencedora do leilão. A conclusão da operação de alienação estava sujeita ao cumprimento das condições definidas no Edital e no CCVA que contemplam, dentre outras, as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, que aprovaram respectivamente em maio e em julho de 2021.

Durante a realização dos estudos para alienação da Copel Telecom (Atual Ligga Telecom) foram identificados alguns ativos considerados estratégicos para a Copel Distribuição e para a Copel Geração e Transmissão, subsidiárias integrais da Copel, como os cabos OPGW (*Optical Ground Wire*) instalados nas linhas de transmissão de energia elétrica que servem de para-raios e possuem um núcleo de fibra óptica, bem como algumas torres que garantem a comunicação com as equipes de campo, além de alguns outros ativos administrativos. O total destes ativos, registrados no imobilizado e intangível da Copel Telecom (Atual Ligga Telecom), representavam em 31 de dezembro de 2021 o valor de R\$50.970, e sua transferência para as subsidiárias da Copel ocorreu por meio de dois processos:

- Doação de bens: R\$21.640 com baixa dos bens contra o resultado;
- Cisão parcial de bens R\$29.639 com baixa dos bens contra o capital social, resultando numa redução do capital social da Companhia, divididos entre R\$21.047 de ativo imobilizado, R\$5.573 ativo intangível e R\$2.711 em estoques.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional -- Continuação

No segundo semestre de 2021, todos os empregados registrados na Copel Telecom (Atual Ligga Telecom) foram realocados para novas funções nas demais subsidiárias da Copel. Em 2021, o total de custos e despesas registrados nas rubricas de Pessoal e Administradores e de Planos previdenciário e assistencial foi de R\$49.593.

Em 22 de dezembro de 2021, foi celebrado o Contrato de Investimento e Outras Avenças entre Ligga Telecomunicações S.A. e Nova Fibra Telecom. A Ligga Telecom realizou um adiantamento como sinal de intenção de negócio no valor de R\$35.000, e a conclusão da operação de alienação estava sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a operação foi aprovada em julho de 2022.

Em 28 de julho de 2022 foi celebrado "Protocolo de Incorporação de Ações e Justificação", nos artigos 224, 225 e 252 da Lei das Sociedades, que estabeleceu os termos da Incorporação de Ações de Emissão da Companhia. A Incorporação de Ações, nos termos do artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações e da aprovação do "Protocolo de Incorporação de Ações da Nova Fibra Telecom S.A. pela Ligga Telecomunicações S.A.", tornou a Companhia uma subsidiária integral da Ligga Telecom.

A controlada Nova Fibra tem como principais objetivos: provedores de voz sobre protocolo Internet – VOIP; operadores de televisão por assinatura por cabo; serviços de telefonia fixa comutada – STFC; provedores de acesso as redes e comunicação; serviços de Comunicação de Multimídia – SCM; Comércio Varejista especializado de equipamento e suprimentos de informática; Comércio varejista especializado em eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo; Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação; Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na Internet; Instalação e manutenção elétrica; Aluguel de móveis, utensílios e aparelhos de uso doméstico e pessoal; e Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios.

A Companhia e sua controlada continuam realizando iniciativas de ajustes operacionais, ganhos de eficiência e contínua melhora de sua estrutura de capital objetivando retomar sua lucratividade em 2023, revertendo, ao longo dos próximos dois anos, a situação de prejuízo líquido consolidado apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 nos montantes de R\$39.164 (R\$30.429 em 31 de dezembro de 2021). Vide ações referentes a reestruturação operacional da Companhia, mudança de perfil dos contratos, captação de clientes e redução do custo operacional.

Dentre as principais ações adotadas pela Administração com o objetivo de melhorar o resultado da Companhia e sua controlada estão:

Modernização da rede;

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional -- Continuação

- Estratégia de marketing focada, desenvolvendo posicionamento da marca e servindo como ferramenta para crescimento das vendas;
- Melhor capacitação dos prestadores de serviço de instalação, bem como criação de equipes próprias de alto rendimento;
- Reavaliação de contratos com fornecedores e prestadores de serviço em geral, buscando maior sinergia de custos e melhor nível de entrega;
- Modernização de plataforma sistêmica, melhores controles internos (SAP4) e melhor agilidade e confiabilidade na relação com clientes (SalesForce);
- Implementação de novos produtos geradores de receita no portfólio de produtos, voltado tanto ao mercado B2C como B2B;

A Administração da Companhia entende que as ações acima relacionadas, são suficientes para garantir a continuidade das operações da Companhia.

Contrato de autorização

A Ligga Telecom, através dos Termos de Autorização 54/2003 e 305/2012, obteve autorização, com prazo indeterminado, da Anatel para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia - SCM em todo território nacional, o que habilita a expansão de suas operações e o desenvolvimento de novos negócios.

2. Base de preparação

2.1. Declarações de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.1. Declarações de conformidade--Continuação

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 10 de agosto de 2023.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros.

2.4.2. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.4. Uso de estimativas e julgamentos--Continuação

2.4.2. Incertezas sobre premissas e estimativas--Continuação

- NEs nos 3.2 e 6 Estoques;
- NEs nos 3.3 e 10 Imobilizado;
- NEs nos 3.4 e 11 Intangível;
- NEs nos 3.5, 10 e 11 Redução ao valor recuperável de ativos Impairment;
- NEs nos 3.5.2, 5 e 7- Perdas de créditos esperadas;
- NEs nos 3.9 e 21 Provisões para riscos;
- NE nº 3.9.1 Reconhecimento de receita:
- NEs nos 3.9.3 e 22 Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- NEs nos 3.10 e 9 Investimentos

2.5. Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de termo de autorização; (ii) patrimônio líquido expressivo (iii) forte geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

2.6. Critérios de consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.6. Critérios de consolidação--Continuação

A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia perder o controle. Nesta situação, na data da perda de controle é dada a baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Os seguintes principais procedimentos de consolidação adotados foram:

- (a) Eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas;
- (b) Eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida;
- (c) Eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas;
- (d) Eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas; e
- (e) Cálculo de participação dos acionistas minoritários no patrimônio líquido e no resultado consolidado, quando aplicável.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem as informações da Companhia e sua controlada a seguir relacionadas:

	31/12/2022
	Nova Fibra
	Telecom
Participação no capital total	100%
Quantidade de ações ou cotas possuídas	2.803.939
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	(3.509)
Capital social	16.000
Prejuízo no exercício (1)	(4.284)

⁽¹⁾ O saldo de prejuízo no exercício refere-se ao resultado apurado pela controlada Nova Fibra no período compreendido entre 29/07/2022 a 31/12/2022. Conforme mencionado na nota explicativa nº1, em 28/07/2022 houve e conclusão da aquisição e assinatura do contrato.

2.7. Ágio na aquisição de investimentos societários

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (vide Nota 2.8).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.7. Ágio na aquisição de investimentos societários--Continuação

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável ("impairment"). Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a estas unidades.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Controladora (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente ou em um ano a partir da combinação de negócios a teste de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. O ágio não é amortizado, mas é submetido ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente.

A Controladora, conforme estabelecido no CPC 15/IFRS 3, faz uso, quando necessário, do expediente relacionado ao período de mensuração da combinação de negócios, onde é estabelecido que, caso uma combinação de negócios esteja incompleta ao término do período de reporte, seja reportado pelo adquirente, em suas demonstrações contábeis, os valores provisórios para os itens cuja contabilização estiver incompleta e, caso sejam identificadas modificações em ativos adquiridos e passivos assumidos, estes sejam ajustados retrospectivamente até o final da data de reporte, desde que atrelados a fatos e circunstâncias existentes à data de aquisição.

2.8. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos na data de aquisição e devidos aos então acionistas controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.8. Combinação de negócios--Continuação

Em combinação de negócios em que o adquirente e a adquirida (ou seus ex-proprietários) trocam somente participações societárias, o valor justo, na data da aquisição, da participação na adquirida pode ser mensurado com maior confiabilidade que o valor justo da participação societária no adquirente. Se for esse o caso, o adquirente deve determinar o valor da contraprestação a ser transferida utilizando o valor justo, na data da aquisição, da participação societária na adquirida em vez do valor justo da participação societária transferida.

Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos) é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração do resultado do exercício em que ocorre a aquisição.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 -Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33 (R1)), respectivamente.
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) são mensurados conforme essa norma.

As participações de não controladores que correspondam a participações atuais e confiram aos seus titulares os direitos a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação poderão ser inicialmente mensurados pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outra IFRS e outro CPC.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.8. Combinação de negócios--Continuação

Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o período de mensuração (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. Outras contrapartidas contingentes são remensuradas ao valor justo nas datas das demonstrações financeiras subsequentes, e as variações do valor justo são contabilizadas no resultado.

2.8.1. Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09 (R2) - Demonstrações financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.8. Combinação de negócios--Continuação

2.8.2. Combinações de negócios ocorridas

Houve apenas uma combinação de negócios ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

Nova Fibra Telecom S.A.

Em 28 de julho de 2022 foi celebrado "Protocolo de Incorporação de Ações e Justificação", nos artigos 224, 225 e 252 da Lei das Sociedades, que estabeleceu os termos da Incorporação de Ações de Emissão da Companhia. A Incorporação de Ações, nos termos do artigo 252 da Lei das Sociedades por Ações e da aprovação do "Protocolo de Incorporação de Ações da Nova Fibra Telecom S.A. pela Ligga Telecomunicações S.A.", tornou a Companhia uma subsidiária integral da Ligga Telecom.

A Companhia presta serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, na modalidade Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, sob todas as formas legalmente permitidas, predominantemente no âmbito do Estado do Paraná e outras localidades de interesse, sendo estas atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, vinculada ao Ministério das Comunicações. A exploração de tais serviços se dá por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em nível nacional. Sua participação no mercado considerando o número de acessos a nível nacional está em 0,6%, sendo na Região Sul 2,9% e no Estado do Paraná 7,8%.

Concomitantemente ao fechamento, a Ligga adquiriu do Sr. Agnaldo Bastos Lopes (Vendedor) 227.690 ou 25,02% das ações de emissão da Nova Fibra, em contrapartida ao respectivo pagamento dos valores previstos na alínea "b" da Cláusula 3.1. do Contrato, descritos adiante, mantendo-se o Sr. Agnaldo Bastos Lopes como acionista titular de 74,98% das demais ações de emissão da Companhia, com o consequente ingresso da Ligga no capital social da Sociedade.

Em razão da incorporação Sr. Agnaldo Bastos Lopes, detinha 682.310 ou 74,98% das ações da Nova Fibra, assim pela incorporação, a Ligga, através de aumento de capital, emitiu 36.225.000 novas ações, correspondentes a 4,92% do total de suas ações, em favor e entregues ao Sr. Agnaldo Bastos Lopes, o qual as recebeu em substituição as ações por ele possuídas, e incorporadas pela Ligga.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.8. Combinação de negócios--Continuação

2.8.2. Combinações de negócios ocorridas--Continuação

Nova Fibra Telecom S.A.--Continuação

O valor da contraprestação transferida para aquisição de 100% das ações (910.000 ações) da Nova Fibra total foi de R\$397.827, sendo que R\$110.788 em moeda corrente nacional e R\$287.039 através de troca de ações.

Com a entrada do novo sócio, o capital social da LIGGA ficou representado da seguinte forma:

Acionista Ligga	Qtde de ações	Participação
Bordeaux Participações	700.421.899	95,08%
Agnaldo Bastos Lopes	36.225.000	4,92%
Total de ações	736.646.899	100,00%

2.8.3. Ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios

A tabela a seguir apresenta o valor justo dos ativos e passivos adquiridos na data da combinação de negócios:

	Nova Fibra
Ativos:	273.849
Caixa e equivalentes de caixa	268
Contas a receber de clientes	7.502
Estoques	376
Tributos a recuperar	388
Despesas antecipadas	12
Outros ativos	451
Depósitos judiciais	1.614
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.617
Imobilizado	57.964
Intangível	59.964
Direito de uso de ativos	6.397
Ativos assumidos	23.504
Mais valia - cláusula não competição	4.699
Mais valia - carteira de clientes	28.298
Mais valia - grandes clientes	7.009
Mais valia - marcas	8.236
Mais valia - imobilizado	54.550

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.8. Combinação de negócios--Continuação

2.8.3. Ativos líquidos adquiridos em combinações de negócios--Continuação

	Nova Fibra
Passivos:	159.972
Fornecedores	17.956
Empréstimos e financiamentos	7.851
Aquisições	22.594
Passivo de arrendamentos	1.175
Impostos e contribuições sociais a recolher	24.721
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	6.124
Parcelamento de impostos	7.772
Provisão para riscos	220
Outras contas a pagar	3.346
Passivos assumidos	7.961
Fornecedores	7.868
Aquisições	733
Passivo de arrendamentos	5.661
Empréstimos e financiamentos	13.213
Parcelamento de impostos	9.088
Provisão para riscos	15.323
Outras contas a pagar	8.366
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	113.877
Participação adquirida	100%

2.8.4. Alocação do preço pago

A seguir o demonstrativo do cálculo do ágio para as combinações de negócios ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

	Nova
Em 2022	Fibra
Valor à vista (a)	20.000
Valor da parcela a prazo (b)	75.788
Valor por troca de ações	287.039
AFAC integralizado na compra (a)	15.000
Total da contraprestação transferida	397.827
Ajuste de preço (c)	(9.523)
Total da contraprestação transferida	388.304
Participação adquirida	100%
Ajuste de preço (c)	(9.523)
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	113.877
Ágio por rentabilidade futura	274.427

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

2. Base de preparação--Continuação

2.8. Combinação de negócios--Continuação

2.8.4. Alocação do preço pago--Continuação

- (a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em dezembro de 2021 a Companhia realizou o adiantamento de R\$35.000 como sinal de negócio para aquisição da Nova Fibra. Com a aprovação do CADE em julho de 2022, R\$20.000 foram utilizados para liquidação do saldo de R\$ 95.788 e o valor de R\$15.000 como AFAC na transação.
- (b) Vide nota explicativa nº 20.
- (c) Valor referente ao ajuste a valor presente do saldo de R\$75.788 que está sendo pago de forma parcelada. Mais detalhes estão dispostos na nota explicativa nº 20.

2.8.5. Mensuração do valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos intangíveis identificados separadamente adquiridos foram os seguintes:

Ativo adquirido	Técnica de avaliação	Definição
Cláusula não competição	Método de lucro	O método considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que devem ser gerados pela carteira de clientes adquirida.
Carteira de clientes	Método de lucro	O método considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que devem ser gerados pela carteira de clientes adquirida.
Grandes clientes	Método de lucro	O método considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos que devem ser gerados pela carteira de clientes adquirida.
Marcas	Royalties relief	Fluxo de caixa descontado, utilizando-se como base as informações de vendas, taxas de royalties e em consonância com taxas vigente em mercado, descontado benefício/carga de imposto de renda, crescimento de vendas do mercado interno, constantes na projeção de avaliação econômica
Imobilizado	Valor justo	Ativo imobilizado adquirido na combinação de negócios e avaliados a valor justo na data de ativos aquisição.

3. Principais políticas contábeis

3.1. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para os sem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, não possui passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e não opera instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

3.1.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

3.1.2. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

3.1.3. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.4. Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2. Estoque

Os materiais no almoxarifado classificados no ativo circulante e aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

3.3. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada, incluindo gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.3. Imobilizado--Continuação

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela vida útil estimada. Os valores residuais e a depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros relativos a empréstimos tomados com terceiros durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso, desde que seja provável que resultem em benefícios econômicos futuros para a empresa.

3.4. Intangível

Ativo composto por softwares adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição diminuído das despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

3.4.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

3.4.2. Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da alienação de um ativo intangível, são reconhecidos no resultado, mensurados com a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo.

Os ativos são avaliados para identificar evidências de desvalorização.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.5. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

3.5.1. Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuírem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo e nos dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

3.5.2. Ativos não financeiros

Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício.

Para fins de avaliação da redução ao valor recuperável e considerando as características do negócio, os ativos são agrupados em uma única unidade geradora de caixa devido este ser o nível mais baixo para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras; em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.6. Arrendamento mercantil

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil", que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - Leases; IFRIC 4 - Determining whether an Arrangement contains a Lease; SIC-15 - Operating Leases - Incentives; e SIC-27 - Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores.

Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira apurada com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil.

Passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, descontados utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia na data da aplicação inicial.

Ativo de direito de uso é reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da adoção inicial. Não serão considerados os custos diretos iniciais da mensuração do direito de uso na data da aplicação inicial.

Considerando que a Companhia adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento serão mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, utilizando como taxas de desconto, taxas incrementais sobre empréstimos da Companhia na data de adoção inicial, determinadas principalmente pelas taxas de captação corporativa (obtidas pelas taxas históricas da Companhia), ajustadas por prazo, ambiente econômico do país de operação da arrendatária e efeitos de garantias similares.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.6. Arrendamento mercantil--Continuação

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

3.7. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.8. Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09.

3.9. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

3.9.1. Receita de contratos com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente, principalmente, de receita de conectividade e tecnologia da informação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.9. Provisões--Continuação

3.9.1. Receita de contratos com clientes--Continuação

A Companhia reconhece a receita de conectividade pelo valor justo da contraprestação ao longo do tempo, mediante o fornecimento de conectividade de internet de alta velocidade ao cliente. Adicionalmente, reconhece a receita não faturada considerando o período que compreende o último faturamento e o encerramento do mês, por meio de estimativa, com base na última medição efetuada.

A Companhia reconhece receitas de prestação de serviços com contratos com clientes, ao longo do tempo, de acordo com a quantidade de horas trabalhadas ou valor fixo por mês.

3.9.2. Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

A tributação no regime de lucro real compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

3.9.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.9. Provisões--Continuação

3.9.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

3.9.4. <u>Impostos indiretos</u>

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não; for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Aliquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 29%
ISS - Imposto sobre serviços	2% a 5%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	3% e 7,60%
PIS - Programa de Integração Social	0.65% e 1.65%

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.9. Provisões--Continuação

3.9.4. Impostos indiretos--Continuação

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente dos custos dos serviços prestados na demonstração do resultado.

3.10. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e estão demonstrados na nota explicativa nº 9.

O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Controladora no patrimônio líquido a partir da data de aquisição. O ágio relativo é incluído no valor contábil do investimento, não sendo, no entanto, amortizado nem separadamente testado para fins de redução no valor recuperável dos ativos. A demonstração do resultado reflete a participação da Controladora nos resultados operacionais. Eventual variação em outros resultados abrangentes destas investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Controladora. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio, a Controladora reconhecerá sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados em decorrência de transações entre a Controladora e a controlada são eliminados em proporção à participação.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Controladora determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento. A Controladora determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável e o valor contábil, e reconhece a perda em "Participação em lucros", na demonstração do resultado.

Ao perder influência significativa sobre o investimento, a Controladora mensura e reconhece qualquer investimento retido ao valor justo. Eventual diferença entre o valor contábil, no momento da perda de influência significativa, e o valor justo do investimento retido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.11. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na definição sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e suas controladas é prover a seus clientes serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e suas controladas operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

Os financiamentos da Companhia (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados de forma consolidada, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

Receitas financeiras e custos financeiros, além de ganhos e perdas a valor justo sobre ativos financeiros, não são alocados a segmentos individuais, uma vez que instrumentos subjacentes são administrados de forma agrupada.

Impostos correntes, impostos diferidos e determinados ativos e passivos financeiros não são alocados a esses segmentos, uma vez que também são administrados de forma agrupada.

Dispêndios de capital consistem em adições de imobilizado, ativos intangíveis e propriedades para investimento, incluindo ativos originados da aquisição de subsidiárias.

3.12. Uso de julgamentos e estimativas

Quando da elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, a Administração utiliza estimativas, uma vez que diversos elementos incluídos nas demonstrações financeiras não podem ser calculados com precisão. A Administração revisa tais estimativas diante da evolução das respectivas circunstâncias ou à luz de novas informações ou experiências. Deste modo, as estimativas realizadas em 31 de dezembro de 2022 utilizadas para a preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram revisadas sendo seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.12. Uso de julgamentos e estimativas--Continuação

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

3.12.1. Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia efetua estimativas significativas para a determinação de premissas utilizadas na avaliação de alguns saldos de ativos e passivos, despesas e receitas.

Os itens significativos que estão sujeitos a estimativas e premissas incluem o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa, a vida útil dos ativos, a provisão para riscos e a constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos.

3.12.2. Julgamentos

A Administração da Companhia utiliza seu julgamento para definir as políticas contábeis adequadas a serem aplicadas a determinadas transações sempre que as normas e interpretações dos CPC vigentes não tratarem especificamente dos respectivos assuntos contábeis, assim como julgamento sobre a capacidade da Companhia de continuar em operação.

3.12.3. <u>Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro</u>

A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor o ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro. Essa norma esclarece critérios de reconhecimento, mensuração e divulgação das incertezas dos tributos sobre o lucro, haja vista a ausência de explanações nesse sentido no Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (CPC 32) e divergências entre os procedimentos adotados pelas empresas, principalmente em relação:

- Ao momento do reconhecimento (com ou sem autuação fiscal);
- À mensuração dos montantes considerados incertos;
- À divulgação sobre a natureza das incertezas em notas explicativas; e
- À apresentação da provisão para incertezas (incluindo ou não juros e multas) na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.12. Uso de julgamentos e estimativas--Continuação

3.12.3. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro--Continuação

A incerteza deve ser refletida na mensuração para fornecer a melhor previsão da resolução da incerteza, baseando-se no valor mais provável ou no valor esperado. A Interpretação também exige que sejam reavaliados os julgamentos e as estimativas aplicadas se os fatos e as circunstâncias mudarem - por exemplo: com base no resultado de inspeção das autoridades fiscais, seguindo as mudanças nas regras tributárias ou quando há a expiração do direito de uma autoridade tributária contestar um tratamento.

A Companhia não identificou impactos oriundos dessa norma em sua demonstração financeira, uma vez que no reconhecimento dos tributos sobre o lucro, não são contemplados valores baseados em estimativas incertas.

3.13. Novos procedimentos com vigência em exercício futuros

Os pronunciamentos abaixo foram adotados pela primeira vez em 1º de janeiro de 2022 e não causaram impactos relevantes nas demonstrações financeiras:

<u>IAS 16 - Ativo imobilizado:</u> a alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condição necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado.

IFRS 3 - Combinação de Negócios - Alterações nas referências à Estrutura Conceitual: as alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3/CPC 15 para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37/CPC 25 ou IFRIC 21/ICPC 19, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.13. Novos procedimentos com vigência em exercício futuros--Continuação

IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Contratos onerosos:
Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a entidade não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e uma alocação de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.

IFRS 9 Financial Instruments - Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos financeiros: A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro.

A adoção dessas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (1º de janeiro de 2022).

Novos pronunciamentos do IFRS, emissões, alterações e interpretações do IASB, aplicáveis ao CPC

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, caso aplicável, quando entrarem em vigor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.13. Novos procedimentos com vigência em exercício futuros--Continuação

Alteração da norma IAS 12 – Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: Em maio de 2021, o IASB divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 1º de janeiro de 2023.

Alterações ao IAS 1 - Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações no IAS 1 (norma correlata ao CPC 26), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que significa um direito de postergar a liquidação; (ii) que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; (iii) que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Alterações ao IAS 8 - Definição de estimativas contábeis: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativas contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e serão aplicadas para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

3. Principais políticas contábeis--Continuação

3.13. Novos procedimentos com vigência em exercício futuros--Continuação

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis; Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2: Making Materiality Judgements fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia estima que a adoção dessas normas e alterações não terá um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no período inicial de adoção (1º de janeiro de 2023).

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Contro	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Caixa e bancos conta movimento	560	1.028	676
Aplicações financeiras (a)	5.332	342.962	6.149
Aplicações financeiras (b)	353.036	-	353.036
	358.928	343.990	359.861
Classificados como:			
Caixa e equivalentes de caixa	5.892	343.990	6.825
Aplicações financeiras	353.036	-	353.036
	358.928	343.990	359.861

⁽a) As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro e com liquidez diária. As aplicações são remuneradas entre 90% do CDI% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (90% em 31 de dezembro de 2021).

⁽b) As aplicações financeiras da Companhia referem-se à valorização das cotas por meio de aplicações em Ativos Financeiros e demais modalidades operacionais disponíveis nos mercados financeiro e de capitais que envolvam vários fatores de risco, de acordo com a política de investimento estabelecida. As aplicações são remuneradas entre 101,00% e 146,221% do CDI% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (134,76% e 117,41% em 31 de dezembro de 2021).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Contas a receber de clientes (-) Provisão estimada para créditos de liquidação	96.788	71.072	118.076
duvidosa	(29.942)	(19.729)	(41.580)
	66.846	51.343	76.496
A vencer Vencidos:	51.426	41.098	57.207
Até 30 dias	7.878	4.642	9.441
31 a 60 dias	3.121	2.013	3.983
61 a 90 dias	1.977	1.303	2.264
91 a 180 dias	6.212	3.227	8.033
Acima de 180 dias	26.174	18.789	37.148
	96.788	71.072	118.076
Circulante	65.676	42.730	75.326
Não circulante	1.170	8.613	1.170
	66.846	51.343	76.496

Os valores de contas a receber listados no quadro acima contém transações com partes relacionadas. Abaixo listamos os valores de partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Ativo circulante	•		
Nova Fibra Telecom S.A.	1.206	-	-
Sercomtel S/A - Telecomunicações	3.157	-	3.157
•	4.363	-	3.157

Os demais valores de transações com partes relacionadas estão apresentados na nota explicativa nº 23.

Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa

As provisões estimadas para créditos de liquidação duvidosa são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização da conta clientes, considerando critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis. O valor é mensurado o percentual histórico de perdas por faixa de vencimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

5. Contas a receber de clientes--Continuação

Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa--Continuação

A Companhia considera o ajuste para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, conforme a composição abaixo.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Saldo no início do exercício Saldo de abertura - combinação de negócios	(19.729)	(2.498)	(25.479) (3.495)
Provisão adicional ¹	(10.213)	(19.772)	(12.606)
Valores baixados no exercício	-	2.541	-
	(29.942)	(19.729)	(41.580)

⁽¹⁾ Inclui o provisionamento de R\$7.834 em 2021, referente a recebíveis de órgãos públicos vencidos anteriormente a 2020, que estão em trâmites de cobrança.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

As perdas de créditos esperadas são apresentadas em despesas com vendas, no grupo de perdas de créditos, provisões e reversões. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas também em Despesas com vendas.

6. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição, estando reduzidos, mediante as provisões evidenciadas ao valor de realização quando inferiores ao custo.

	Contro	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Estoque de produtos Provisão para perdas de estoques	12.373 (965)	6.632 (1.264)	12.373 (965)
i iovisao para perdas de estoques	11.408	5.368	11.408
	111.400	0.000	11.700

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

6. Estoques--Continuação

A movimentação da provisão para perdas de estoques é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Saldo inicial	(1.264)	(672)	(1.264)
Complemento de provisão no exercício	(262)	(3.031)	(262)
Reversão de provisão no exercício	561	2.439	561
Saldo final	(965)	(1.264)	(965)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 houve necessidade de constituição de provisão para perda na realização dos itens em estoque. A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

A Companhia não possui estoques dados em garantia em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

7. Outros ativos

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Ativo assumido em aquisição de participação			
societária	23.504	-	23.504
Adiantamento a empregados	-	-	36
Cobrança equipamento não recuperado	1.377	2.728	1.377
Outros créditos	6.852	6.692	6.972
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.377)	(7.473)	(1.377)
	30.356	1.947	30.512
Circulante	6.852	1.866	7.008
Não circulante	23.504	81	23.504
	30.356	1.947	30.512
Provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Saldo no início do exercício	(7.473)	(14.476)	(7.473)
Provisão adicional	(537)	(10.591)	(537)
Valores baixados no exercício (1)	6.633	17.594	6.633
()	(1.377)	(7.473)	(1.377)

⁽¹⁾ Referente a equipamentos terminais nos clientes desativados e não devolvidos ao longo do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado
-	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Antecipações de imposto de renda e da contribuição social	32.651	24.139	32.651
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	20.330	9.335	20.884
Pis e Cofins a recuperar	16.339	19.307	16.339
-	69.320	52.781	69.874
Circulante	42.911	32.049	43.465
Não circulante	26.409	20.732	26.409
Total	69.320	52.781	69.874

A Companhia ajuizou em 13/05/2020, a ação em trâmite na 2ª Vara Federal de Curitiba/PR, visando o reconhecimento do direito ao não recolhimento das contribuições sociais para o PIS/PASEP e da COFINS sobre os valores de ICMS destacados nas Notas Fiscais desde 05/2015. Em 15/05/2020, foi proferida decisão deferindo a tutela antecipada para reconhecer o direito à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, com base no julgamento do Tema n. 69 pelo Supremo Tribunal Federal, julgado em sede de repercussão geral. Desse modo, pautada na decisão judicial, a Companhia passou a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, nos termos do artigo 151, inciso V, do Código Tributário Nacional.

Com relação aos valores recolhidos nos 5 anos anteriores ao ajuizamento da ação, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região aplicou a modulação de efeitos determinada pelo STF para limitar o direito de repetição de indébito/compensação apenas a partir de 15/03/2017, para as causas ajuizadas após esta data. Desse modo, considerando que a demanda da Companhia foi ajuizada em maio de 2020, o direito à compensação se refere ao período de 15/03/2017 a 15/05/2020, totalizando o valor de R\$14.184 até a presente data, bem como R\$1.703 relativo a juros e atualização monetária (Selic).

A União apresentou recurso de Embargos de Declaração em face do acórdão do TRF4, requerendo o reconhecimento da sucumbência recíproca das partes. O recurso foi rejeitado pelo TRF, o que motivou a interposição de Recurso Especial pela União para discussão específica acerca dos honorários de sucumbência. Não há recurso pendente de análise em relação ao mérito da tese. A Companhia aguarda o trânsito em julgado formal da decisão para que possa apresentar pedido de habilitação de crédito nos moldes da Instrução Normativa da RFB n. 2.055/2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

8. Tributos a recuperar--Continuação

O saldo referente ao ativo não circulante possui o seguinte cronograma de compensação:

<u>e Consolidado</u> 31/12/2022
843
5.116
20.450
26.409

9. Investimentos - Controladora

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras nas empresas controladas.

Investida	Controle	Participação 2022	Patrimônio líquido 2022
Nova Fibra Telecom S.A.	Controlada	100%	3.509

A composição do saldo de investimentos em 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

	31/12/2022
Investimento Nova Fibra	3.509
Ágio Nova Fibra	274.427
Mais valias	102.792
Amortização da mais valia	(5.312)
Total	375.416

A movimentação do investimento, nas empresas controladas é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	-
Investimento - custo	(4.459)
Valor justo dos ativos identificáveis - líquido	102.792
Amortização	(5.311)
Ágio gerado nas combinações de negócio	274.427
Resultado de equivalência patrimonial	(4.284)
Adiantamento para futuro aumento de capital	12.252
Saldo em 31 de dezembro de 2022	375.416

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

9. Investimentos - Controladora--Continuação

As principais informações sobre as controladas, no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2022, estão apresentadas a seguir:

	31/12/2022
	Nova Fibra
Ativo circulanto	11 200
Ativo circulante	11.299
Ativo não circulante	138.056
Passivo circulante	80.549
Passivo não circulante	65.297
Patrimônio líquido	3.509
Receita líquida	43.178
Prejuízo (1)	(4.284)

⁽¹⁾ O saldo de prejuízo no exercício refere-se ao resultado apurado pela controlada Nova Fibra no período compreendido entre 29/07/2022 a 31/12/2022. Conforme mencionado na nota explicativa nº1, em 28/07/2022 houve e conclusão do negócio e assinatura do contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

10. Imobilizado

	Controladora							
	Máquinas e				Móveis e		Imobilizado	
	equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos	utensílios	(-) Impairment	em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2021								
Custo total	1.122.769	829	98	4.389	5.191	(18.184)	90.815	1.205.907
Depreciação acumulada	(554.863)	(172)	-	(4.387)	(3.452)	-	-	(562.874)
Valor residual	567.906	657	98	2	1.739	(18.184)	90.815	643.033
Em 31 de dezembro de 2022								
Custo total	1.201.729	764	98	4.387	5.204	(28.358)	222.966	1.406.790
Depreciação acumulada	(681.953)	(198)	-	(4.387)	(4.011)	(20.000)	-	(690.549)
Valor residual	519.776	566	98	-	1.193	(28.358)	222.966	716.241
Movimentação								
Em 31 de dezembro de 2020	681.476	3.092	181	11	3.901	(31.781)	77.699	734.579
Aquisições	-	5.032	-	- ''	3.301	13.597	107.341	120.938
Capitalizações	80.972	_	_	_	383	10.001	(81.355)	120.330
Baixas	(41.568)	(5)	_	_	(30)	_	(5.087)	(46.690)
Depreciação	(122.082)	(95)	_	(9)	(922)	-	(0.007)	(123.108)
Doação	(21.556)	-	(83)	-	(022)	_	_	(21.639)
Cisão parcial de bens¹	(9.336)	(2.335)	-	-	(1.593)	-	(7.783)	(21.047)
Em 31 de dezembro de 2021	567.906	657	98	2	1.739	(18.184)	90.815	643.033
Aquisições	2.980	-	-	-	22	-	216.933	219.935
Baixas	(866)	-	-	(2)	(4)	-	(8.446)	(9.318)
Depreciação	(127.090)	(26)	-	`-	(5Š9)	-	. ,	(12̀7.675)́
Transferências	76.846	(65)	-	-	(5)	-	(76.776)	-
(-) Impairment	-	` -	-	-	`-´	(10.174)	` 440´	(9.734)
Em 31 de dezembro de 2022	519.776	566	98	-	1.193	(28.358)	222.966	716.241

¹ Vide nota explicativa nº 1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

10. Imobilizado--Continuação

	Consolidado							
	Máquinas e				Móveis e		Imobilizado	
	equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos	utensílios	(-) Impairment	em andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2021								
Custo total	1.122.769	829	98	4.389	5.191	(18.184)	90.815	1.205.907
Depreciação acumulada	(554.863)	(172)	-	(4.387)	(3.452)	· -	-	(562.874)
Valor residual	567.906	657	98	2	1.739	(18.184)	90.815	643.033
Em 31 de dezembro de 2022								
Custo total	1.298.909	22.553	4.436	7.052	5.849	(30.949)	227.494	1.535.344
Depreciação acumulada	(699.907)	(1.599)	-	(5.012)	(4.164)	· -	-	(710.682)
Valor residual	599.002	20.954	4.436	2.040	1.685	(30.949)	227.494	824.662
<u>Movimentação</u>								
Em 31 de dezembro de 2020	681.476	3.092	181	11	3.901	(31.781)	77.699	734.579
Aquisições	-	-	-	-	-	13.597	107.341	120.938
Capitalizações	80.972	-	-	-	383	-	(81.355)	-
Baixas	(41.568)	(5)	-	-	(30)	-	(5.087)	(46.690)
Depreciação	(122.082)	(95)	-	(9)	(922)	-	-	(123.108)
Doação	(21.556)	-	(83)	-	-	-	-	(21.639)
Cisão parcial de bens (1)	(9.336)	(2.335)	-	-	(1.593)	-	(7.783)	(21.047)
Em 31 de dezembro de 2021	567.906	657	98	2	1.739	(18.184)	90.815	643.033
Saldo de abertura -								
combinação de negócios	37.340	15.083	3.388	476	514	(3.031)	4.194	57.964
Aquisições	4.030	26	-	-	24	•	218.226	222.306
Adição por combinação de								
negócios	46.124	5.647	976	1.803	-	-	-	54.550
Baixas	(866)	-	(26)	(2)	(4)	-	(8.446)	(9.344)
Depreciação	(133.154)	(409)	-	(239)	(587)	-	-	(134.389)
Transferências	77.346	(50)	-	-	(1)	-	(77.295)	-
(-) Impairment	276	-	-	-	-	(9.734)	-	(9.458)
Em 31 de dezembro de 2022	599.002	20.954	4.436	2.040	1.685	(30.949)	227.494	824.662

⁽¹⁾ Vide nota explicativa nº 1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

10. Imobilizado--Continuação

A Companhia registra no ativo imobilizado os bens utilizados nas instalações administrativas e comerciais, para os serviços de telecomunicações.

Taxas de depreciação

	31/12/2022	31/12/2021
Máguinas e equipamentos	3% a 25%	3% a 25%
Edificações	3% a 23%	3% a 23%
Veículos	10%	10%
Móveis e utensílios	6% a 20%	6% a 20%

A partir de 2019, a Administração da Companhia julgou necessário reavaliar a estimativa de vida útil dos ativos de infraestrutura relacionados diretamente ao atendimento ao cliente (*last mile*). Considerando o novo ambiente de negócio e a movimentação da carteira de clientes, a Administração julgou oportuno revisar as taxas de depreciação, observando de forma mais preponderante a obsolescência comercial, proveniente de mudanças do mercado em que a Ligga Telecom está inserida.

Neste contexto, as principais alterações impactaram as classes de ativo de máquinas e equipamentos, mais especificamente, ONT's e Switch e cabos associados a estes equipamentos, reduzindo a vida útil para 4 e 6 anos, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou a revisão desse estudo, e não identificou fatores que alterassem a vida útil estimada.

Perdas estimadas para redução ao valor recuperável (impairment) de ativos

A Administração da Companhia monitora continuamente o ambiente de negócio do segmento de telecomunicações com especial atenção à alguns fatores como o aumento de competitividade do setor, o alto grau de investimento necessário para preservação da carteira de clientes e o retorno esperado deste segmento.

A reversão de *impairment* no período de 2021 ocorreu pela realização por depreciação, efetivação das baixas e recuperação de equipamentos provisionados, referente aos ativos com registro de perdas estimadas.

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia realizou a provisão de R\$ 9.734 referente a estimativa de perdas com a desativação de clientes ocorridas durante o exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

10. Imobilizado--Continuação

Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício houve adições de imobilizado que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia. Abaixo segue o resumo das adições que até a data base da emissão da demonstração financeira individual e consolidada não haviam sido liquidadas:

	Controladora	Consolidado
Fornecedores Em 31 de dezembro de 2021	<u>5.717</u> 5.717	<u>-</u>
Fornecedores Em 31 de dezembro de 2022	8.827 8.827	8.827 8.827

11. Intangível

		Controladora	
	Licenças de softwares e marcas registradas	Amortização acumulada	Líquido
Em 31 de dezembro de 2020 Aquisições	60.550 1.162	(43.557)	16.993 1.162
Amortizações Cisão parcial de bens (1)	- (17.109)	(4.442) 11.536	(4.442) (5.573)
Transferências	(32)	-	(32)
Em 31 de dezembro de 2021 Amortizações	44.571 -	(36.463) (2.609)	8.108 (2.609)
Em 31 de dezembro de 2022	44.571	(39.072)	5.499

⁽¹⁾ Vide nota explicativa nº 1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

11. Intangível--Continuação

				Consolidado			
	Licenças de softwares e marcas registradas	Carteira de clientes	Não competição	Amortização acumulada	Ágio	Aquisição de controladas	Líquido
Em 31 de dezembro de 2020	60.550	-	-	(43.557)	_	-	16.993
Aquisições	1.162	-	-	-	-	-	1.162
Amortizações	-	-	-	(4.442)	-	-	(4.442)
Cisão parcial de bens (1)	(17.109)	-	-	11.536	-	-	(5.573)
Transferências	(32)	-	-	-	-	-	(32)
Em 31 de dezembro de 2021	44.571	-	-	(36.463)	-	-	8.108
Saldo de abertura - combinação de negócios	1.892	54.994	1.421	-	16.285	(14.628)	59.964
Adição por combinação de negócios (2)	8.237	35.307	4.699	-	274.426	-	322.669
Amortizações	(3.040)	(3.834)	(120)	-	-	-	(6.994)
Em 31 de dezembro de 2022	51.660	86.467	6.000	(36.463)	290.711	(14.628)	383.747
Taxa de amortização %	20%	10%	20%		_		

⁽¹⁾ Vide nota explicativa nº 1.

⁽²⁾ Vide nota explicativa nº 2.8

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

12. Arrendamentos - Direito de uso de ativos e passivo de arrendamento

a) Direito de uso de ativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o direito de uso de ativos referentes a contratos de locação de edificações, veículos e máquinas e equipamentos estão apresentados a seguir:

	Controladora						
	31/12/2020	Adições novos contratos	Ajuste por remensuração	Amortização	Baixas	31/12/2021	-
Edificações Veículos Máquinas e equipamentos	1.181 8.694 1.372 11.247	11.668 - - - 11.668	975 78 1.053	(598) (2.461) (211) (3.270)	(10.988) - (1.239) (12.227)	1.263 7.208 - 8.471	_
	31/12/2021	Adições novos contratos	Ajuste por remensuração	Amortização	Baixas	31/12/2022	-
Edificações Veículos Máquinas e equipamentos	1.263 7.208 - 8.471	21.523 - 100.893 122.416	2.501 - 2.501	(2.072) (2.810) - (4.882)	(21) (482) - (503)	20.693 6.417 100.893 128.003	- -
		Saldo de abertura - combinação		Consolidado Ajuste por			
	31/12/2021	de negócios	Adições	remensuração	Amortização	Baixas	31/12/2022
Edificações Veículos Máquinas e Equipamentos	1.263 7.208	1.964 - 4.433	21.296 - 101.660	60 2.501 -	(2.620) (2.810) (227)	(21) (482) -	21.942 6.417 105.866
	8.471	6.397	122.956	2.561	(5.657)	(503)	134.225

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

12. Arrendamentos - Direito de uso de ativos e passivo de arrendamento-Continuação

b) Passivo de arrendamentos:

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os passivos de arrendamento estão apresentados a seguir:

	Taxa incremental	Vencimento	Contro	oladora	Consolidado
Modalidade	(média)	final	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Arrendamento mercantil	9,10% a.a.	Ago/2031	128.826	8.980	135.544
		=	128.826	8.980	135.544
Circulante			16.860	3.060	19.314
Não circulante			111.966	5.920	116.230
		_	128.826	8.980	135.544

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo referente ao passivo não circulante possui o seguinte cronograma de pagamentos:

	Ano de vencimento	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2022
2024		23.501	25.656
2025		24.283	25.885
2026		28.117	28.396
2027 em diante		36.065	36.293
Total		111.966	116.230

Abaixo, segue a mutação do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2021	11.740	11.740
Adições por novos contratos	11.668	11.668
Ajuste por remensuração	1.052	1.052
Encargos	856	856
Pagamento - principal	(3.090)	(3.090)
Pagamento - encargos	(856)	(856)
Baixas	(12.390)	(12.390)
Em 31 de dezembro de 2021	8.980	8.980
Adições por combinação de negócios	-	6.836
Adições	122.416	122.956
Ajustes por remensuração	2.501	2.561
Encargos	1.780	2.069
Pagamento - principal	(3.235)	(3.939)
Pagamento - encargos	(1.780)	(2.412)
Baixas	(1.836)	(1.507)
Em 31 de dezembro de 2022	128.826	135.544

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

12. Arrendamentos - Direito de uso de ativos e passivo de arrendamento-Continuação

c) Transações que não envolvem caixa

As adições e ajustes por remensuração ocorridas no direito de uso de ativos tiveram como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos e, portanto, não afetaram o fluxo de caixa da Companhia. Abaixo segue o total destas transações em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Controladora	Consolidado
Adições Remensuração	11.668 1.052	-
Em 31 de dezembro de 2021	12.720	-
Adições Remensuração Em 31 de dezembro de 2022	122.416 2.501 124.917	122.956 2.561 125.517

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Fornecedores de materiais e serviços	77.906	15.273	98.220
Provisão contas a pagar	21.191 99.097	36.606 51.879	24.564 122.784
	99.097	31.079	122.704
Circulante	97.511	51.879	113.417
Não circulante	1.586	-	9.367
	Contro	oladora	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
A vencer	79.146	50.354	96.901
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	12.424	806	13.816
De 31 a 60 dias	4.169	6	4.930
De 61 a 90 dias	2.021	42	2.703
De 91 a 120 dias	176	220	176
De 121 a 180 dias	1.156	10	2.193
De 181 a 360 dias	5	154	2.065
Há mais de 360 dias	-	287	-
	99.097	51.879	122.784

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

14. Empréstimos e financiamentos

		Vencimento	Contro	oladora	Consolidado
<u>Modalidade</u>	Taxa média de juros	final	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Nota promissória	CDI + 3,00% a.a	ago/22	-	204.397	-
Capital de giro	116% do CDI	Jan/26	28.976	-	45.867
Leasing	17% a.a	out/23	-	-	592
-		- -	28.976	204.397	46.459
Circulante			28.976	204.397	37.565
Não circulante			-	-	8.894

O saldo referente ao passivo não circulante possui o seguinte cronograma de pagamentos:

Ano de vencimento	
2024	4.318
2025	2.415
2026	2.161
Saldo do passivo não circulante de empréstimos em 31/12/2022	8.894

Em 31 de dezembro de 2022, os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia não contêm cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros por parte destas.

Abaixo, segue a movimentação dos saldos em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2021		
Ingressos	200.000	200.000
Encargos	7.717	7.717
Pagamento - encargos	(3.320)	(3.320)
Em 31 de dezembro de 2021	204.397	204.397
Adição por combinação de negócios	-	21.064
Ingressos	71.201	71.161
Encargos	27.778	28.978
Amortização - principal	(242.881)	(246.422)
Pagamento - encargos	(31.519)	(32.719)
Em 31 de dezembro de 2022	28.976	46.459

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

15. Debêntures

Taxa média de juros	Vencimento final	31/12/2022	31/12/2021
CDI + 3,5% a.a.	ago/26	-	305.768
do IPCA	ago/30	948.381	-
	- -	948.381	305.768
	-	20.905 927.476 948.381	52.232 253.536 305.768
	CDI + 3,5% a.a. 8,6007% a.a + 106,3%	CDI + 3,5% a.a. ago/26 8,6007% a.a + 106,3%	CDI + 3,5% a.a. ago/26 - 8,6007% a.a + 106,3% do IPCA ago/30 948.381 948.381 20.905 927.476

O saldo referente ao passivo não circulante possui o seguinte cronograma de pagamentos:

	Ano de vencimento	31/12/2022
2028 a 2030		927.476
		927.476

Abaixo, segue a movimentação dos saldos em 31 de dezembro de 2022:

Em 1º de dezembro de 2021	657.590
Ingressos	300.000
Encargos e variação monetária	60.828
Amortização - principal	(674.697)
Pagamento - encargos	(37.953)
Em 31 de dezembro de 2021	305.768
Ingressos	1.000.000
Encargos	72.602
Custos apropriados	(84.615)
Amortização - principal	(300.000)
Pagamento - encargos	(45.374)
Em 31 de dezembro de 2022	948.381

4ª Emissão de debêntures simples

A Ligga Telecom emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante os órgãos reguladores. Em outubro de 2022 a 4ª Emissão de debêntures simples foi integralmente liquidada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

15. Debêntures -- Continuação

5ª Emissão de debêntures simples

Em 15 de setembro de 2022, foram aprovados os termos e as condições da 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e não permutáveis em ações de emissão de outra sociedade, em série única, da espécie quirografária com garantia real, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição da Ligga Telecom. De acordo com a escritura de emissão, foram emitidas 1.000.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$1.000, perfazendo uma emissão total R\$1.000.000.000

Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das debêntures, o prazo de vencimento será de 8 (oito) anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de setembro de 2030. Abaixo, segue o calendário de pagamentos:

Parcelas	Data de Pagamento de Amortização das Debêntures	Percentual de Amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures
1	15 de setembro de 2028	33,3333%
2	15 de setembro de 2029	50,0000%
3	Data de Vencimento das Debêntures	100,0000%

O valor será atualizado mensalmente, a partir da data da primeira integralização até a data do seu efetivo pagamento pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA"), acrescida de uma sobretaxa ou percentual de 6,3%. O primeiro pagamento de juros remuneratórios tem prazo de carência de 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2022, todos os covenants foram atendidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

16. Impostos e contribuições sociais a recolher

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Instituto nacional de seguridade social - INSS Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços -	11.447	10.914	11.447
İCMS	3.435	6.269	3.713
Pis e Cofins a recolher	1.643	1.957	4.210
Outros impostos a recolher	3.155	1.572	22.597
	19.680	20.712	41.967
Circulante	8.766	9.798	31.053
Não circulante	10.914	10.914	10.914
Total	19.680	20.712	41.967

O saldo referente ao passivo não circulante refere-se a uma ação visando a não contribuição previdenciária sobre verbas de folha de pagamento, que depende da finalização da ação judicial para recolhimento ou reversão. Uma vez que a Companhia não tem ainda estimativa segura de julgamento da causa, manteve o saldo contabilizado no não circulante.

17. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Impostos e contribuições sociais	3.218	103	4.876
Férias Programa de desligamentos voluntários	5.853	-	7.026 -
Outras obrigações a pagar	49	-	622
	9.120	103	12.524

Conforme citado na nota explicativa 1, no segundo semestre de 2021, todos os empregados registrados na Copel Telecom foram realocados para novas funções nas demais subsidiárias da Copel. Como parte das condições definidas no CCVA, foi criada a Copel Serviços com o objetivo de trabalhar apoiando os novos acionistas na gestão da Copel Telecom.

Ante ao exposto acima, a Copel Telecomunicações S.A. (atual Ligga Telecomunicações S.A.) não tinha funcionários registrados em 31 de dezembro de 2021, o que é percebido quando avaliamos o saldo no passivo em 31 de dezembro de 2021. O saldo que restou nessa data-base trata-se de uma provisão para participação nos lucros ainda referente ao período de gestão anterior.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

18. Aquisições

Referem-se a obrigações assumidas nas aquisições de carteiras e ativo imobilizado pela controlada Nova Fibra, cujo saldo está demonstrado a seguir:

	2022
Egtech Telecom Ltda.	5.716
Live Network Provedor Serviços de Internet Ltda Me	421
Netlink Comércio e Serviços de Telecom Ltda.	1.365
Onefibra Telecomunicações Ltda.	1.032
Pallu Com. e Manutenção de Teleinformática e Redes Ltda.	406
Rm Fibra Comunicações Eireli	6.038
Sni Telecom Ltda. Me	347
Telxe do Brasil Telecomunicações Ltda.	459
Wiremax Comércio de Equipamentos de Informática Ltda.	245
	16.029

19. Impostos parcelados

	Controladora 31/12/2022	31/12/2022
Parcelamento de ICMS Parcelamento de IRRF Parcelamento de PIS e COFINS Parcelamento de INSS	14.504 - -	24.878 120 227 144
Parcelamentos simplificado (a) Outros parcelamentos	- - -	14.466 1.529
•	14.504	41.364
Circulante Não circulante Total	8.135 6.369 14.504	16.670 24.694 41.364

⁽a) Referem-se a três parcelamentos simplificados realizados durante o exercício de 2022 originados de débitos de: INSS, IRRF, CSRF, PIS e COFINS.

Correspondem a parcelamento de impostos e contribuições os quais estão atualizados monetariamente pela variação da TJLP. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não contém valores em atraso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

20. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Telefônica Brasil S.A. (a)	-	-	10.317
Agnaldo Bastos Lopes (b)	33.419	-	33.419
Passivos assumidos em combinação de negócios	7.961	-	7.962
Outras contas a pagar	7.633	1.538	7.632
-	49.013	1.538	59.330
Circulante	21.627	1.538	24.972
Não circulante	27.386	-	34.358
Total	49.013	1.538	59.330

⁽a) Saldo refere-se à uma aquisição realizada pela controlada Nova Fibra da edificação onde está instalada a sede administrativa da Companhia. A transação ocorreu através de um leilão em 30 de dezembro de 2020, sendo ela no valor total de R\$18.500, com uma entrada no valor de R\$2.737 e restante de R\$15.763 da dívida parcelado, com a última parcela para janeiro de 2026.

21. Provisões para riscos

A Administração é polo passivo em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em demonstrações de seus assessores jurídicos, da análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência no desfecho de julgamento anterior, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas.

Movimentação da provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis nos exercícios

	Contro	oladora	
Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
30.621	532	1.993	33.146
76	689	26	791
(21.582)	(1)	-	(21.583)
(2.166)	(56)	-	(2.222)
6.949	1.164	2.019	10.132
6.215	555	1.006	7.776
(196)	(738)	(1.469)	(2.403)
(101)	-	-	(101)
12.867	981	1.556	15.404
	30.621 76 (21.582) (2.166) 6.949 6.215 (196) (101)	Trabalhistas Cíveis 30.621 532 76 689 (21.582) (1) (2.166) (56) 6.949 1.164 6.215 555 (196) (738) (101) -	30.621 532 1.993 76 689 26 (21.582) (1) - (2.166) (56) - 6.949 1.164 2.019 6.215 555 1.006 (196) (738) (1.469) (101) -

⁽b) O saldo refere-se à aquisição da controlada Nova Fibra. O valor total da transação foi de R\$95.788, com uma entrada no valor de R\$20.000, R\$27.893 na data de fechamento da transação e o restante da dívida parcelado, com última parcela vencendo em 30 de agosto de 2025. O valor está líquido do ajuste de valor presente, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

21. Provisões para riscos--Continuação

		Consc	olidado	
	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	30.621	532	1.993	33.146
Adições	76	689	26	791
Reversões	(21.582)	(1)	-	(21.583)
Pagamentos	(2.166)	(56)	-	(2.222)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.949	1.164	2.019	10.132
Saldo de abertura - combinação de				
negócios	1.926	818	12.799	15.543
Adições	6.460	1.752	2.643	10.855
Reversões	280	(1.049)	(1.469)	(2.238)
Pagamentos	(141)	(178)	-	(319)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.474	2.507	15.992	33.973

A provisão para riscos trabalhistas consiste, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a verbas decorrentes da relação de emprego. A provisão para riscos cíveis refere-se substancialmente a ações objetivando o recebimento de valores de serviços prestados, bem como indenizações pelos danos morais e a provisão para riscos tributários refere-se substancialmente a ações relativas a impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais, em que a Companhia discute sua incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.

Após a administração atual da Companhia assumir as operações da Ligga Telecom (anteriormente Copel Telecom) no segundo semestre de 2021, foi realizado uma revisão da base de processos judiciais, e com isso foi identificada a necessidade de baixa de processos que já estavam em fase de arquivamento e ainda provisionados, ou mensurados por um valor acima do risco real em 31 de dezembro de 2021.

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Abaixo segue a composição desses valores:

	Contro	Controladora		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	
Fiscais	7.253	-	20.800	
Trabalhistas	1.221	4.607	10.092	
Cíveis	4.863	8.659	4.863	
	13.337	13.266	35.755	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

21. Provisões para riscos--Continuação

O saldo de depósitos judiciais registrados no ativo não circulante possui vinculação com os processos acima mencionados. Abaixo segue a composição desses valores:

	Contro	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Fiscais	13.069	13.069	13.069
Trabalhistas	3.580	3.061	3.580
Cíveis	620	500	2.329
	17.269	16.630	18.978

22. Imposto de renda e contribuição social

a) <u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>

Calculados sobre diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

22. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) <u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>--Continuação

_	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:			
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	28.948	19.450	31.703
Amortização Ágio PPA NOVA	5.683	-	5.683
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	78.024	89.812	78.024
Benefícios pós-emprego	-	-	18.727
Provisões para litígios	15.404	10.571	27.042
Provisões por desempenho participação nos lucros	-	-	497
Perdas de créditos esperadas	24.185	20.068	31.209
Adequação da depreciação as taxas fiscais	166.277	107.844	170.820
Outros	33.634	36.041	33.633
Base imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	352.155	283.786	397.338
Alíquota combinada	34%	34%	34%
Total imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	119.733	96.487	135.095
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos:			
Custo de transação sobre empréstimos e debêntures	-	6.841	-
Atualização de depósitos judiciais	4.537	4.538	4.537
	4.537	11.379	4.537
Alíquota combinada	34%	34%	34%
Total imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	1.543	3.869	1.543
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	118.190	92.618	133.552

Com base nessas projeções de resultados tributáveis futuros, a Administração estima realizar o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
2023	16.780	22.544
2024	27.897	29.422
2025	16.973	17.710
2026	8.828	16.235
2027 a 2029	5.233	5.163
2030 a 2031	42.479	42.478
Total	118.190	133.552

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

22. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

b) Conciliação da despesa do resultado de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(53.740)	(32.144)	(55.534)
Alíquota combinada	34%	34%	34%
Crédito de imposto de renda e contribuição social	18.272	10.929	18.882
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:			
Despesas indedutíveis	(3.719)	(8.195)	(2.528)
Incentivos fiscais	-	26	· -
Outros (a)	23	(1.045)	16
Imposto de renda e contribuição social correntes e		,	
diferidos	14.576	1.715	16.370
IRPJ e CSLL correntes	(10.996)	(1.110)	(11.948)
IRPJ e CSLL diferidos	25.572	2.825	28.318
Alíquota efetiva - %	(27%)	(5%)	(29%)

23. Partes relacionadas

	Contro 31/12/2022	ladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022
Ativo circulante			
Sercomtel S/A Telecomunicações (d)	_	3.562	-
Horizons Telecomunicações e Tecnologia S.A. (b)	4.796	-	4.796
,	4.796	3.562	4.796
Ativo não circulante			
Horizons Telecomunicações e Tecnologia S.A. (b) Bordeaux Fundo de Investimento em Participações	4.232	7.000	4.232
Multiestratégia (c)	399.399	13.711	399.399
Nova Fibra Telecom S.A.	491	-	-
	404.122	20.711	403.631
Descritor (suptor) an arraignation			_
Receitas (custos) operacionais Estado do Paraná (e)		28.485	
Companhia Paranaense de Energia - Copel (d)	-	26.465 17.355	-
Sercomtel S/A Telecomunicações (d)	3.899	4.369	_
Nova Fibra Telecom S.A.	(491)	4.509	_
Horizons Telecomunicações e Tecnologia S.A. (b)	5.257	_	5.257
Tionzona Telecomunicações e Techologia G.A. (b)	8.665	50.209	5.257
	0.003	30.203	3.231
Resultado financeiro			
Companhia Paranaense de Energia - Copel (a)	-	5.891	-
	-	5.891	-
		·	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

23. Partes relacionadas--Continuação

- (a) Em 19.06.2020, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel Telecom (atual Ligga Telecom) (mutuante) e Companhia Paranaense de Energia Copel (mutuária), com aprovação de limites acrescidos de IOF e juros remuneratórios de 120% do CDI, a fim de proporcionar recursos para o financiamento das atividades e negócios da mutuária e vigência até 30.06.2021.
- (b) Em 17.12.2021, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel Telecom (atual Ligga Telecom) (mutuante) Horizons Telecomunicações e Tecnologia S.A. (mutuária), com vencimento em 30.06.2023. Em 2022 houve o recebimento de R\$ 2.768.
- (c) Em 10.12.2021, foi assinado um Termo de Reconhecimento e Assunção de Obrigações entre Copel Telecom (atual Ligga Telecom) e Bordeaux Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.
- (d) Prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral, com vencimento para 15 dias após a emissão da fatura, e com faturamento mensal e sem juros embutido nos valores faturados.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, no contas a receber é apresentado valores de transações com partes relacionadas. Abaixo segue um resumo com a posição em 31 de dezembro de 2022:

	<u>Controladora</u>	Consolidado
	31/12/2022	31/12/2022
Ativo circulante	'	
Nova Fibra Telecom S.A. (d)	1.206	-
Sercomtel S/A Telecomunicações (d)	3.157	3.157
•	4.363	3.157

Remuneração da Administração

É composta exclusivamente de benefícios de curto prazo, cujo montante destinado e reconhecido contabilmente como despesa em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$14.465 (R\$2.135 em 31 de dezembro 2021).

24. Patrimônio líquido

24.1. Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$958.131, composto por 736.646.899 ações ordinárias (sem valor nominal), de forma que 700.421.899 ações são pertencentes a Bordeaux Participações e 36.225.000 ações são pertencentes a Agnaldo Bastos Lopes.

O aumento de capital no valor de R\$287.039 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2022, e ocorreu por meio de novas ações emitidas pela Ligga Telecom, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.8.2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

24. Patrimônio líquido--Continuação

24.1. Capital social--Continuação

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2021 era de R\$671.092, composto por 700.421.899 ações (sem valor nominal), todas ordinárias e pertencentes a Bordeaux Participações.

O aumento de capital no valor de R\$5.000 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2021 por meio da integralização de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital - AFAC realizados em 2020 (R\$5.000). A diminuição de capital no valor de R\$29.331 foi em virtude do evento societário de Cisão Parcial, onde os bens cindidos da Copel Telecom foram incorporados à Copel GeT, Copel DIS e Copel Serviços em 03 de agosto de 2021.

24.2. Ajustes de avaliação patrimonial

Em 01 de janeiro de 2021	446
Passivos atuariais - Benefícios pós-emprego	49.633
Tributos sobre os ajustes	(16.875)
Em 31 de dezembro de 2021	33.204

24.3. Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros visa a cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos juros sobre o capital próprio e dos dividendos.

24.4. Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

Durante o exercício de 2022 a Companhia recebeu um adiantamento para futuro aumento de capital da acionista Bordeaux Participações no montante de R\$ 99.000. A Companhia tem a intenção de integralizar esse montante no segundo semestre de 2023.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

25. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	
Receita operacional bruta:				
Receita de serviços de comunicação e tecnologia	417.259	514.391	434.711	
Serviços de ativação	1.602	7.292	1.602	
Implantação de rede óptica	2.947	1.486	2.947	
Serviços de remanejamento	-	470	-	
Visita improdutiva	24	291	24	
Aluguéis	19.262	12.186	19.609	
Serviço de valor adicionado	96.496	552	127.128	
Outras receitas	5.882	90	6.669	
	543.472	536.758	592.690	
Deduções da receita bruta				
CMS	(91.401)	(128.759)	(93.401)	
PIS E COFINS	(19.439)	(13.492)	(23.847)	
ISS	(1.970)	(417)	(2.093)	
	(112.810)	(142.667)	(119.341)	
Receita operacional líquida	430.662	394.091	473.349	

26. Custos e despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	
Comunicação, processamento e transmissão de dados	(7.420)	(75.506)	(11.819)	
Gastos com pessoal	(17.987)	(46.593)	(24.679)	
Depreciação arrendamento mercantil	`(4.882)	(3.271)	`(5.657)	
Depreciação e amortização	(134.227)	(126.982)	(140.015)	
Aluguéis e seguros	(68.334)	(47.246)	(72.196)	
Consultorias e auditorias	(27.621)	(29.607)	(28.118)	
Perdas na desativação e alienação de bens	(4.149)	(27.071)	(4.149)	
Serviços profissionais contratados	(55.658)	(20.637)	(64.969)	
Doações	(12)	(21.691)	(12)	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa 1	(4.117)	(22.684)	(6.510)	
Despesas tributárias	(3.545)	(4.188)	(3.680)	
Conservação e manutenção	(63.888)	(1.638)	(65.481)	
Energia elétrica	(458)	(510)	(1.028)	
Provisão para ajuste ao valor de recuperação de ativos -			(9.458)	
impairment	(9.734)	13.005	(3.430)	
Provisão para riscos	(5.373)	20.792	(8.617)	
Outras receitas (despesas) operacionais	(14.003)	2.822	(16.149)	
	(421.408)	(391.005)	(462.537)	
Classificados como:				
Custos dos serviços prestados	(258.140)	(259.975)	(270.294)	
Despesas com vendas	(60.728)	(60.494)	`(65.520)	
Despesas gerais e administrativas	(84.975)	(72.151)	(105.664)	
Outras receitas (despesas), líquidas	(17.565)	1.615 [°]	`(21.059)	
	(421.408)	(391.005)	(462.537)	

⁽¹⁾ Em 31 de dezembro de 2021, inclui o provisionamento de R\$7.834 referente a recebíveis de órgãos públicos vencidos anteriormente a 2020, que estão em trâmites de cobrança.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Receitas financeiras decorrentes de			
Juros recebidos	16.315	7.611	16.315
Juros recebidos sobre mútuos com partes relacionadas	-	4.344	-
Renda de aplicações financeiras	46.557	16.795	46.561
Outras receitas financeiras	342	5.342	439
_	63.214	34.092	63.315
Despesas financeiras decorrentes de			
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	(118.102)	(68.311)	(118.241)
Atualização monetária	(370)	-	(2.915)
Encargos sobre arrendamentos	-	-	(243)
Outras despesas financeiras	(3.452)	(1.011)	(8.262)
_	(121.924)	(69.322)	(129.661)
Resultado financeiro	(58.710)	(35.230)	(66.346)

28. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Ligga Telecom referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e os principais ativos financeiros referem-se a caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes, que resultam diretamente de suas operações.

A Ligga Telecom está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez e a Alta Administração supervisiona a gestão desses riscos. O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos, os quais são resumidos a seguir:

a) Risco de mercado

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Ligga Telecom, englobam somente o risco de taxa de juros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos e financiamentos.

b) Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Ligga Telecom ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

28. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

b) Risco de taxa de juros--Continuação

A Ligga Telecom monitora as flutuações das diversas taxas de juros atreladas aos seus ativos e passivos monetários e, em caso de aumento da volatilidade dessas taxas, podem vir a operar com derivativos com o objetivo de minimizar esses riscos, instrumento este normalmente não utilizado pela Administração em face dos riscos inerentes.

Com base nas análises realizadas, o impacto sobre o lucro, depois do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, com uma variação de +/- 25% e +/- 50% na taxa de juros corresponderia a um aumento ou redução conforme apresentado a seguir:

Controladora					
Instrumentos	Valor contábil 31/12/2022	Encargos financeiros	Taxa	25% Ganho (perda)	-25% Ganho (perda)
Caixa e equivalentes e aplicações financeiras Debêntures	358.928 (948.381)	CDI IPCA	13,65% 5,79%	12.248 (13.728)	24.496 (27.456)
Empréstimos e financiamentos	(28.976) (618.429)	CDI	13,65%	(989) (2.469)	(1.978) (4.938)
Consolidado	Walana a 471 H	-		05% 0	050/ 0 - 1 -
Instrumentos	Valor contábil 31/12/2022	Encargos financeiros	Taxa	25% Ganho (perda)	-25% Ganho (perda)
Caixa e equivalentes e					
aplicações financeiras	359.861	CDI	13,65%	12.280	24.560
Debêntures Empréstimos e financiamentos	(948.381) (46.459)	IPCA CDI	5,79% 13,65%	(13.728) (1.585)	(27.456) (3.170)
Empressimos e financiamentos	(634.979)	ODI	10,0070	(3.033)	(6.066)

c) Risco crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. Os instrumentos financeiros que sujeitam a Ligga Telecom a riscos de crédito são representados, principalmente, pelas disponibilidades e contas a receber de clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

28. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

c) Risco crédito--Continuação

Contas a receber de clientes

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e às políticas estabelecidos pela Administração da Ligga Telecom em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada periodicamente em base individual para os principais clientes.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Ligga Telecom, de acordo com a política por esta estabelecida.

Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e no limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Ligga Telecom ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 é o valor registrado na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa", no balanço patrimonial.

d) Risco de liquidez

Representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas.

O risco de liquidez é gerenciado pela Administração, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Ligga Telecom gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

28. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro--Continuação

e) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos e emissão de notas promissórias. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital, além das captações realizadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, vide nota nº 15.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras Empréstimos, financiamentos e debêntures Endividamento líquido Patrimônio líquido

Contro	Controladora	
31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
358.928	343.990	359.861
977.357	510.165	994.840
618.429	166.175	634.979
1.030.053	683.178	1.030.053
60,04%	24,32%	61,65%

29. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

29. Seguros--Continuação

Apólice	Término da vigência	Importância segurada (R\$)
American Life Seguros	19.11.2023	19.008
American Life Seguros	19.11.2023	38.966
American Life Seguros	19.11.2023	37.066
AXA Seguros S.A.	30.12.2023	41.325
Essor Seguros S.A.	11.04.2027	697
Fator Seguradora	29.03.2023	100.000
Junto Seguros	30.01.2026	481
Junto Seguros	30.01.2026	1.142
Total		238.685
